



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

DO DIA 26 DE JUNHO DE 2009

ACTA NÚMERO VINTE E CINCO

No dia vinte e seis dias do mês de Junho de dois mil e nove reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas sob a presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelas Senhoras Patrícia Negrão Madeira (em substituição de António Lívio Martins Roque) e Ermelinda Salvado, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: **Intervenção do Público.**

Ponto um, um: Resposta às questões anteriormente colocadas pelo Público.

Ponto dois: **Período antes da Ordem do Dia.**

Ponto dois, um: Aprovação da acta da sessão anterior.

Ponto dois, dois: Leitura resumida do expediente e prestação de informações.

Ponto três: **Ordem do Dia.**

Ponto três, um: Boletim Municipal.

Ponto três, dois: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens — Designação de quatro pessoas.

Ponto três, três: Primeira revisão orçamental de 2009.

Ponto três, quatro: Aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2009.

Ponto três, cinco: Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Ponto quatro: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além do Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: Albino Massano Leitão, Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso, André Craveiro Leitão, Fernanda Isento Pereira, Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, Armandino Martins Suzano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo (em substituição de Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos), Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Estiveram também presentes o Senhor Vice-Presidente e os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Manteigas, tendo o Senhor Presidente informado que o Senhor Presidente da Câmara não pôde estar presente porque foi a Lisboa a uma reunião convocada há dois dias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----Os Senhores Deputados António Lívio Martins Roque e Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos justificaram a sua ausência e pediram substituição. -----

-----Às **vinte horas e quarenta minutos**, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e aceitou inscrições dos munícipes que quiseram intervir no primeiro ponto da ordem de trabalhos. --

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----O Senhor Munícipe José Samuel enviou carta à Câmara e a alguns deputados chamando a atenção para a onda de violência que está a tomar conta de Manteigas. Disse que houve reforço das forças policiais mas continua a sentir-se a insegurança em Manteigas e não se vêem rondas policiais a pé. Pediu que a Câmara solicitasse ao Senhor Comandante um reforço do policiamento a pé durante a noite. Quanto aos acessos rodoviários, solicitou que a Câmara providenciasse uma forma de fazer chegar a Manteigas os transportes públicos rodoviários aos Sábados e Domingos, na tentativa de trazer turistas à vila e proporcionar aos manteiguenses uma forma de se deslocarem à Guarda e a outros centros. Referiu depois que a Zona Velha está deteriorada e deu a ideia, para embelezá-la um pouco, de encher as jardineiras rectangulares agora vazias de flores, assim como aliciar os residentes para também colocarem vasos de flores nas suas varandas. Chamou a atenção para a falta de acessos para deficientes no Jardim do Valzedo, que ainda não foram providenciados. -----

-----O Senhor Munícipe José Manuel Pombo reforçou o que foi dito pelo anterior munícipe sobre a insegurança. Falou depois na requalificação do Viveiro das Trutas, que carece neste momento do arranjo da estrada que o serve, desde a curva ao cruzamento da Casa da Roda, e pediu que a Câmara, se não for responsável, diligencie junto das entidades competentes para procederem à reparação daquele troço. Disse depois que o Centro Histórico está uma vergonha e não se parece com um Centro Histórico. Referiu a seguir que os jardins de Vale de Amoreira, de Sameiro e os que são tratados pelas juntas de freguesia se encontram relativamente cuidados mas que os jardins camarários não estão tratados como deviam. Outra situação que considera em estado lastimoso é o SkiParque e acha que, se os concessionários não pagam a concessão, a Câmara tem de ser responsabilizada. Chamou depois a atenção para as águas de Manteigas, lembrando que houve moções aprovadas em Assembleia anterior no sentido de a Câmara se debruçar sobre os aumentos da água e do saneamento, dizendo que ninguém entende que tenham sido aumentados como foram; disse ainda que a Câmara devia fiscalizar quem põem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tubos por trás do contador e está a utilizar água sem pagar, tendo o senhor munícipe e outros contribuintes que pagá-la por eles. Garantiu que há muita gente que não está a pagar água, que assim passaria a fazê-lo. Finalmente, voltou a referir que às vezes se sente insultado nesta casa, por membros da Câmara e por deputados, e pede ao Senhor Presidente que veja esta situação porque não tem possibilidade a de responder. Pediu que tudo o que disse aqui fosse transcrito para a acta. -----

-----O Senhor Munícipe Ernesto Manuel Batista Roque de Carvalho disse que enviou uma carta à Câmara em Janeiro informando que tem necessidade de entrar e sair amiúde da sua propriedade, sita na rua dos Serviços Florestais, e que se encontra várias vezes impossibilitado de o fazer por estarem carros estacionados no seu acesso. Recebeu resposta da Câmara em Fevereiro afirmando que o caso estava resolvido, no entanto a situação mantém-se, pelo que veio aqui solicitar que resolvam a situação de uma vez por todas.-----

-----PONTO 1.2. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----RESPOSTA ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO-----

-----O Senhor Presidente da Mesa registou as intervenções do público e esclareceu, quanto às actas, que a minuta das mesmas é distribuída pelos senhores deputados com a solicitação de rectificações, as quais têm sido, de forma sistemática, introduzidas nas actas. Não há qualquer tentativa de omitir seja o que for e, como é regra na generalidade das Assembleias, as intervenções do público resumem ao essencial todas as questões colocadas pelo público, transcrevendo, em geral, as solicitações que são colocadas pelos interventores, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal. Relativamente às questões levantadas, que são pertinentes, admite que haja situações no Centro Histórico que estarão menos bem, ficará com mais atenção daqui para diante para verificar se efectivamente os jardins da responsabilidade da Câmara não estão tão cuidados como os das juntas de freguesia. Disse depois que o processo do SkiParque é complicado e a qualquer momento poderá vir a ter uma solução que melhore a situação. Quanto à questão das águas e saneamento, considera a situação referida particularmente grave e que o Senhor Munícipe deveria concretizar melhor, pois se há gente a utilizar água sem pagar está a prejudicar todos os que pagam. Acha que o alerta é pertinente e qualquer munícipe que seja sabedor de algum caso concreto pode referi-lo directa e pessoalmente ao Senhor Presidente para que peça às entidades camarárias para tomarem medidas no sentido de regularizarem as infracções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Deputado Albino Leitão registou a preocupação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal em responder aos munícipes, o que só se compreende pela ausência do Senhor Presidente da Câmara, e lembrou que quem o substitui não é o Senhor Presidente. Pediu então a palavra para reportar o seguinte: quanto à intervenção do Senhor José Samuel, recebeu uma carta a pedir colaboração no sentido de trazer a esta casa a discussão sobre a segurança, ou insegurança, em Manteigas. Não teve tempo de estudar o assunto e propôs que o Senhor Presidente o agendasse como ponto da ordem de trabalhos da próxima Assembleia Municipal e que a Câmara Municipal elaborasse um caderno de intenções, um conjunto de propostas exequíveis para colmatar este problema da insegurança. Disse que aceita contributos e que todos são válidos, na medida em que estão em causa questões muito sensíveis que obrigam ao contacto e inserção de muitas entidades e às vezes há questões que não podem ser tornadas tão públicas quanto possam parecer úteis. A Câmara Municipal está numa posição privilegiada para dialogar com todas as entidades que possam contribuir para a resolução do problema apelado pelo Senhor José Samuel e tem tido conhecimento de alguns casos que nos devem deixar preocupados. “Parece que passou, infelizmente, o tempo em que as nossas casas ficavam todas abertas”. Quanto à intervenção do Senhor Município José Pombo congratulou-se pelo facto de, pese embora a dureza e o realismo das suas afirmações, pela primeira vez não ter ofendido ninguém. É dos que pensam que os munícipes quando aqui vêm não ofendem ninguém e que os eleitos locais têm de ter humildade suficiente para ouvir e responder aos problemas adequadamente. “Infelizmente habituámo-nos a ouvir que quando os munícipes protestam legitimamente são considerados injuriadores” e disse ao Senhor Município que tem toda a legitimidade para apresentar os seus problemas nesta Assembleia Municipal. “E apresentou o problema, que a todos preocupa, que é o tratamento diferenciado em situações semelhantes”. Discorda do Senhor Presidente da Mesa quando diz que o Senhor Pombo tem de concretizar melhor as suas afirmações, pois não lhe cabe o papel de fiscal municipal, nem lhe cabe o ónus de identificar seja quem for perante a administração autárquica. É a esta que cabe ouvir o que foi dito, que foi suficientemente concretizado com factos objectivos, e tomar as medidas necessárias para colmatar estas situações. Disse que a leitura das actas da Câmara revela a falta de cuidado no tratamento destas questões. Apelou a que, nomeadamente sobre a questão levantada pelo Senhor Município, o assunto fosse devidamente acautelado pela Câmara Municipal.-----

-----O Senhor Presidente esclareceu que não foi sua intenção substituir o Senhor Presidente da Câmara, lembrando que desde o início do seu mandato tem tentado sempre dar o seu contributo quando entende que o deve fazer, o que é facilmente comprovável pela leitura das actas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Discorda do Senhor Deputado na matéria em questão porque entende que vivemos num concelho onde, da colaboração conjunta de todos, poderá resultar algo de melhor; foi com esse espírito que pediu ao Senhor Município para concretizar melhor a sua denúncia e não para libertar a Câmara das suas responsabilidades. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 2.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES -----

-----O Senhor Presidente disse que a acta foi enviada a todos os deputados e já hoje foi sugerida uma correcção, que pediu à Senhora Deputada Ermelinda Salvado para ler, tendo a mesma dito que, na página quinhentos e quarenta e dois, o penúltimo parágrafo passava a ter a seguinte redacção: “O Senhor Presidente, não havendo mais presentes interessados em intervir, referiu que estava ainda um assunto pendente, que era a inclusão na ordem de trabalhos, ou não, da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Albino Cardoso no fim do ponto três um da ordem do dia (página quinhentos e dezassete desta acta, penúltimo parágrafo) e leu o artigo décimo nono, parágrafo terceiro, do Regimento da Assembleia Municipal, sobre a necessidade de uma maioria de dois terços para a aceitação de um novo ponto na ordem de trabalhos. Inquiriu então os presentes sobre a inclusão da moção referida, ou não, em ponto da ordem de trabalhos. Com **nove votos a favor e nove votos contra, não colheu a proposta a maioria de dois terços dos membros presentes**, pelo que o Senhor Presidente não reconheceu à mesma urgência de deliberação”. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso, penitenciando-se por não ter sugerido atempadamente as suas alterações, referiu que não lhe parece correcto dizer, no fim na página quinhentos e dez, ‘o Senhor Deputado Nuno Matos Soares, usando do direito de resposta’, porque se está a referir a uma declaração de voto e as declarações de voto não são comentáveis. Pediu portanto para se eliminar “direito de resposta”. Quando exibiu o boletim municipal omitiu a identificação do documento que apresentou e refere agora que foi a capa do Boletim Municipal de Agosto de dois mil e um, número dezanove, pedindo que fique registado na página quinhentos e dezanove. Na página quinhentos e vinte e dois, no último período da sua intervenção, a afirmação feita é incorrecta já que o seu discurso era exactamente na negação da verdade, devendo ficar “*Isto só prova que o cuidado na elaboração do Boletim Municipal não passa pela verdade...*” Na terceira linha da página quinhentos e vinte e seis, deve ficar “*Nós, em Assembleia, tínhamos de ter recebido uma resposta ao que aprovámos em assembleia*” e não ‘proposta’. Três linhas mais abaixo, em vez de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

'depois de ter denunciado isto' deve ficar "*Depois de ter denunciado o regulamento sobre o saneamento*". A intervenção do Senhor Deputado Umberto Leitão, na página quinhentos e vinte e um, só é justificada por uma afirmação sua na intervenção que a antecede, não havendo ligação entre o que afirmou e o que o Senhor Deputado Umberto Leitão disse sobre o SAP. -----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão disse que a sua confirmação do boato sobre o SAP vem na sequência da intervenção do Albino Cardoso.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse compreender a dificuldade na elaboração de uma acta e que neste mandato têm dado o máximo de compreensão e até de louvor ao trabalho elaborado neste sector, querendo "deixar mais uma vez uma palavra de apreço pelo trabalho da nossa secretária da Mesa, pela paciência e coragem com que nos intervalos das assembleias, tem trabalhado neste documento. Desta vez não terá sido tão feliz como habitualmente e há aqui confusões, como provam as intervenções antecedentes." Acha que é humano e, no que lhe diz respeito, pediu que na página quinhentos e trinta e seis, quando se diz "*O Senhor Deputado Albino Leitão, antes de fazer a sua intervenção, fez um parêntese para lamentar que o Senhor Presidente não tenha colocado à votação a moção sobre o Vinte e Cinco de Abril*" se retirasse o 'não', uma vez que está errado pois a proposta foi posta à votação. No entanto, ao eliminá-lo dará a ideia que ele lamentou que se tivesse votado uma moção a favor do Vinte e Cinco de Abril, o que não é o seu pensamento; antes foi o de ter lamentado o duplo critério do Senhor Presidente da Assembleia Municipal nessa assembleia. Não lamenta que se votem moções acerca do Vinte e Cinco de Abril, pelo contrário, congratula-se com elas, defende o Vinte e Cinco de Abril e a última Assembleia Municipal foi a prova provada de que há pessoas que não estão com o Vinte Cinco de Abril como ele está e fez questão de o referir na Assembleia Municipal para que alguma leitura menos linear desse a ideia de que tivesse lamentado as moções a favor do Vinte e Cinco de Abril. A senhora deputada, secretária à Mesa, informou que refará este parágrafo.-----

-----O Senhor Presidente disse que, embora reconhecendo a sua pertinência, lamenta que estas questões em relação à acta não tenham chegado dentro do prazo previsto e sugeriu aos Senhores Deputados Albino Leitão, Albino Cardoso e Umberto Leitão, que enviassem as sugestões que têm de alteração à acta em tempo útil para a mesma possa ser aprovada na próxima assembleia. Quanto à questão levantada agora pelo Senhor Deputado Albino Leitão sobre o Vinte e Cinco de Abril, que quer conste em acta que está com o Vinte e Cinco de Abril como outros não estão, disse não poder deixar passar esta afirmação sem dizer que não admite esse tipo de pensamentos em relação à sua pessoa, pelo que faz questão que fique em acta que aplaude o Vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

e Cinco de Abril, entendendo no entanto que o mesmo não nos deu o direito a tudo. Há muitos anos aprendeu que a sua liberdade acaba onde começa a dos outros.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que respeita o pensamento do Senhor Presidente, o qual tem de respeitar o seu. Não lhe vai apresentar factos sobre se a medida do seu amor ao Vinte e Cinco de Abril é maior ou menor que o dos outros mas lamenta que tenha aproveitado este tratamento da acta para abrir um diálogo que, infelizmente, foi coarctado na última Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente referiu que o Senhor Deputado não se limitou a falar das correcções à acta, tendo entrado nesta questão que se colocou na última assembleia e ele, para defesa da sua honra perante os munícipes de Manteigas, teve de lhe responder, reafirmando que a sua liberdade acaba onde começa a do Senhor Deputado.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão voltou a referir que não lamenta que o Senhor Presidente não tenha colocado à votação a moção em questão; o que lamenta é que de uma forma inesperada, ainda por cima numa noite de Vinte e Cinco de Abril, o Senhor Presidente tenha impedido, invocando um regulamento que até pode estar a seu favor, a votação de outra moção nessa Assembleia Municipal. Para que não fiquem dúvidas, esclareceu que é a favor da votação de moções acerca do Vinte e Cinco de Abril e que não se está a comparar com ninguém.-----

-----O Senhor Presidente, dando este ponto por encerrado, passou ao ponto dois dois da ordem de trabalhos. -----

----- PONTO 2.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- *Correspondência recebida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:* -----

----- — Circulares da Associação Nacional de Municípios Portugueses cobrindo o envio dos boletins números cento e setenta e nove e cento e oitenta [ANEXO 2] e [ANEXO 3]; -----

----- — Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro informando da devida atenção prestada à moção aprovada em sessão da Assembleia Municipal de vinte quatro de Abril último [ANEXO 4];-----

----- — Ofício do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas prestando alguns esclarecimentos sobre o quadro legal da transferência de competências no âmbito dos Gabinetes Técnicos Florestais [ANEXO 5]; -----

----- — Carta do Grupo Motard Montes Hermínios solicitando que seja discutida na próxima Assembleia Municipal a onda de assaltos que se tem registado em Manteigas [ANEXO 6]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- — Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo cópia do projecto de resolução que estabelece responsabilidade do estado na identificação cartográfica e técnica de captação de água [ANEXO 7]; -----

----- — Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses em comemoração do quarto de século celebrado por esta associação fundada a vinte de Maio de mil novecentos e oitenta e quatro [ANEXO 8]; -----

----- — Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português cobrindo o envio de pergunta e requerimento dirigidos ao Ministro da Educação sobre os protocolos e contratos de execução celebrados entre o governo e as câmaras municipais (requerimento) e sobre a transferência de competências para os municípios em matéria de educação (pergunta) [ANEXO 9]; -----

----- — Ofício da CCDR – Divisão Sub-Regional da Guarda convocando para uma reunião plenária da CA da Revisão do PDM de Manteigas, a realizar no dia vinte e cinco de Junho de dois mil e nove, nas instalações do Município de Manteigas [ANEXO 10]; -----

----- — Ofício do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional respondendo à moção da Assembleia Municipal de Manteigas sobre a taxa de recursos hídricos [ANEXO 11] (o Senhor Presidente informou os presentes que quem quiser cópia deste documento pode solicitá-la junto ao serviço de apoio à Assembleia Municipal); -----

----- — Convite da Junta de Freguesia de São Pedro para participar na comemoração do dia da Freguesia de São Pedro [ANEXO 12]; -----

----- — Cópia da citação do Primeiro Juízo do Tribunal Judicial da Guarda numa acção de processo ordinário que tem como autor os Baldios da Freguesia de São Pedro e como réu o Município de Manteigas, sobre os terrenos onde se encontra o campo de futebol [ANEXO 13] (o Senhor Presidente informou os presentes que quem quiser cópia deste documento pode solicitá-la junto ao serviço de apoio à Assembleia Municipal); -----

----- — Cópia remetida pelo Senhor Presidente da Câmara da informação da Geógrafa do Município dando conta dos trabalhos de elaboração da avaliação ambiental estratégica dos PMOTs de Manteigas, que podem ser acedidos no portal Web <http://aaepmot-manteigas.geoatributo.com/> [ANEXO 14] -----

----- *Prestação de Informações pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal:* -----

----- A reunião com a CCDR realizou-se ontem, em Manteigas, e por isso não teve tempo de preparar um relatório para apresentar nesta assembleia. Lembrou os senhores deputados que estas questões dependem actualmente de vinte e três ou vinte e quatro entidades e que esta reu-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não se seguiu à que teve lugar em Coimbra, em Novembro passado, tendo a sua realização sido inicialmente agendada para Fevereiro. Disse que a próxima reunião ficou marcada para final de Setembro próximo, não acreditando que a agenda seja respeitada já que ficaram bastantes temas para tratar até lá e as férias de Verão estão à porta. Informou que, sobre o ponto 'Apreciação e Aprovação dos Factores Críticos', não houve discordâncias que pudessem pôr em causa o seguimento dos trabalhos, o que significa que é de registar o trabalho desenvolvido pelos técnicos e apresentado às comissões. Levantaram-se algumas questões que considera importante serem do conhecimento dos senhores deputados, até para terem uma perspectiva do que importa esta revisão e do tempo que ainda pode levar a terminar. A definição da reserva ecológica nacional obedecia até agora a determinados critérios, dentro dos quais as várias Câmaras já tinham preparado várias questões. Recentemente saíram três decretos (decretos-lei números nove, dez e onze de dezanove de Maio de dois mil e nove) que apontam novos critérios que alteram os anteriores, estando indicado o prazo de trinta de Maio de dois mil e dez para a publicação da respectiva definição. Este cenário alarmou algumas Câmaras presentes na reunião, já que têm trabalho feito com base nos pressupostos até aqui em vigor, e que agora vai ter de ser revisto. Paralelamente há outras tarefas que podem ir sendo levadas a cabo mas a REN tem tal importância na definição dos planos directores municipais que se atreve a dizer que o PDM de Manteigas não é aprovado antes de um ano, numa perspectiva optimista. De tudo o que a Câmara Municipal de Manteigas apresentou, há apenas duas ou três questões pontuais para rever, caso dos aspectos relacionados com a Carta Educativa, que não depende tanto da Câmara como da relação do Ministério da Educação com os projectistas. Vai fazer um apontamento para ficar nos arquivos da Assembleia Municipal, mas com esta explicação escusa-se de produzir um relatório para distribuir pelos senhores deputados. -----

----- Não havendo mais informações a prestar, o Senhor Presidente passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO 3. DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- BOLETIM MUNICIPAL -----

----- O Senhor Deputado Albino Leitão disse que a questão do Boletim Municipal constou da ordem de trabalhos da última Assembleia Municipal e o que foi requerido ao Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assembleia Municipal, por si próprio, foi que agendasse para esta Assembleia a votação da moção apresentada pelo Partido Socialista no fim do ponto três um, que era a publicação em boletim municipal da moção aprovada sobre o SAP de Manteigas. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu que quando colocou este tema, da forma como está, foi para dar oportunidade a que toda a gente tivesse liberdade de se expressar com a abrangência que quisesse, cabendo aqui o que foi requerido e eventuais contributos adicionais que os senhores deputados quisessem introduzir. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares usou a acta para descrever o que o Grupo Municipal pretende deixar claro sobre a moção, tendo relido a sua intervenção a esse propósito e que é como segue: “O Grupo Municipal do PSD, o único legalmente constituído nesta Assembleia, em caso de aprovação desta moção, prescinde de qualquer página e, se tiver de cumprir o que está na moção, deixará a página em branco”. Pediu que ficasse bem claro que o Grupo Municipal do PSD não é contra o acesso da Assembleia ao Boletim Municipal, não concordando apenas com a forma como o mesmo pretende ser feito. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso declarou-se surpreendido com o que ouviu e exprimiu a sua indignação pelo que está a acontecer. Em Fevereiro houve a convocatória deste tema, de uma forma sobre a qual manifestou a sua discordância. Houve depois, para a última assembleia, a convocação do debate sobre o Boletim Municipal, não exactamente como ele tinha solicitado. Todos intervieram e a sua surpresa foi pelas expressões utilizadas numa e noutra convocatória e hoje, presumivelmente, admitiu-se que a proposta no Boletim Municipal da moção aqui votada já podia ser votada. Há dois meses atrás não podia ser. Tinha de ser criado um ponto único na ordem de trabalhos. Depois, era necessário apurar dois terços da assembleia (e sabíamos que não era aprovado) e hoje, o assunto colocado como o foi há dois meses, já pode ser votado. Não entende e abstém-se de utilizar qualquer adjectivo mas não pode aceitar o que está a acontecer e esta assembleia não é profícua nem eficaz e põe uns constrá os outros. Lamenta que o público assista a este espectáculo degradante (O SENHOR DEPUTADO UTILIZOU O VOCÁBULO DEGRADÁVEL, MAS ACREDITO QUE QUISESSE DIZER DEGRADANTE, JÁ QUE O SIGNIFICADO QUE PRETENDE É AVILTANTE, REBAIXANTE E NÃO PASSÍVEL DE SER DEGRADADO). “Qualquer um de nós tem legitimidade, definida nas nossas competências, para nos outros assuntos apresentar uma proposta para ser votada, seja qual for o desfecho da votação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Eu, intencionalmente, deixei correr o assunto há dois meses atrás porque sabia que não tinha de ser assim. Não havia necessidade de colocarmos isto na ordem de trabalhos. E depois há dois pesos e duas medidas, numas situações aceita-se, está tudo bem, noutras situações não se aceita, está tudo mal. Não pode ser, temos de ter coerência e este assunto não é assim tão importante para que a gente assista a isto. É perfeitamente lamentável ter de fazer este tipo de intervenção mas tinha de manifestar a minha discordância pelo que estava a acontecer”.....

-----O Senhor Presidente rejeitou a adjectivação do Senhor Deputado, quando disse que isto foi colocado ‘intencionalmente’. Voltou a referir que a única intenção foi dar a possibilidade aos presentes que eventualmente não tivessem tido oportunidade de intervir na última Assembleia por considerarem a agenda de trabalhos muito extensa. E sob este título cabe, também, a votação da moção, que foi solicitada pelo Senhor Deputado Albino Leitão. Referiu que a moção apareceu depois de ele ter encerrado o ponto da ordem de trabalhos e limitou-se a cumprir o que determinava o Regimento da Assembleia Municipal.

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse que nestes quatro anos o Senhor Presidente, sempre que decidiu convocar a ordem de trabalhos, teve o cuidado de ligar ao Senhor Deputado Albino Leitão. Sem querer fazer a defesa da Mesa, lembrou que os telefones funcionam para os dois lados e que sempre houve abertura suficiente para discutir a composição da ordem de trabalhos. Estranhou, portanto, que hoje o Partido Socialista, *a posteriori*, viesse questionar a ordem de trabalhos quando podia ter dito alguma coisa antes para ajudar a compor a mesma. Pela sua leitura da situação, recorreu-se ao Regimento porque o ponto estava esgotado, a moção não foi a votação na última assembleia e deu-se-lhe aqui um novo ponto. Reforçou que o Partido Socialista deixou que a agenda dos trabalhos fosse assim redigida, não tendo colaborado na alteração da ordem dos trabalhos, para vir depois aproveitar esse ponto para criticar, quando tem havido ao longo destes quatro anos abertura até para se discutir a convocatória e a forma de convocação.

-----O Senhor Deputado Albino Leitão perguntou ao Senhor Presidente se punha à votação a moção que estava pendente, tendo este respondido que, na sua opinião, o que estava pendente era a publicação, no boletim municipal, da moção que foi aprovada na última assembleia. Continuou o Senhor Deputado a sua intervenção, dizendo que “é natural que o Grupo Municipal do PSD prescindia da sua página quando tem as páginas todas, salvo a página da Junta de Fregue-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sia de São Pedro”. Disse depois que o Senhor Presidente no início deste ponto não propôs para votação se essa moção — que está votada e aprovada — é ou não é publicada no boletim municipal. Na última assembleia, quando foi aprovada a moção que tem a ver com o Centro de Saúde em Manteigas, o Senhor Deputado Albino Cardoso propôs a sua publicação no boletim municipal quando o ponto ainda não estava encerrado, o que se pode confirmar na acta respectiva, a páginas quinhentos e dezoito, tendo o Senhor Presidente dito que essa proposta teria de ser votada e que o Senhor Deputado teria de fazer o respectivo requerimento, o que foi feito oralmente. Recordou que, depois de muita celeuma, foi decidido que esta proposta de publicação teria de colher dois terços de aprovação para ser admitida, não o tendo sido por ter havido empate na votação. O facto seguinte é que o Senhor Deputado Albino Leitão solicitou que o assunto fosse agendado para esta assembleia municipal, o que o Senhor Presidente não fez — “fê-lo de forma tão abrangente que foi redutora, pois se eu não tivesse intervindo o Senhor Presidente teria passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos”. Pediu então ao Senhor Presidente que pusesse à votação a publicação, ou não, dessa moção no boletim municipal.-----

-----O Senhor Presidente disse que o Senhor Deputado iniciou a sua intervenção ‘confundindo’ a moção que devia ser publicada, o que muita gente provavelmente fazia também, mas ele nunca teve dúvidas que o que estava em causa era a publicação da moção sobre o SAP no boletim municipal. Depois de uma troca de palavras com o Senhor Deputado, o Senhor Presidente leu de novo a proposta apresentada oralmente pelo Senhor Deputado Albino Cardoso na última assembleia, que é como segue: “*Proponho que a moção sobre o SAP de Manteigas seja votada para publicação no próximo boletim municipal.*” Colocou esta **proposta à votação**, tendo a mesma ficado empatada com nove votos a favor, nove votos contra e uma abstenção. O Senhor Presidente, exercendo o **voto de qualidade, fez aprovar a publicação da moção sobre o SAP de Manteigas no boletim municipal, por maioria e por minuta.**-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão fez a seguinte declaração de voto: “Não era preciso esta discussão se o Senhor Presidente muito pragmaticamente tivesse posto o assunto à votação no início deste ponto da ordem de trabalhos, porque era isso que estava requerido.”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares fez a seguinte declaração de voto, que apresentou por escrito: “Voto contra a publicação desta moção em boletim municipal pelo simples facto de achar que tal colide com a liberdade editorial dessa publicação” [ANEXO 15]-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS [ANEXO 16] -----

-----O Senhor Presidente aceitou inscrições dos presentes para intervirem. -----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho disse que para esta Assembleia estar a designar quatro ilustres manteiguenses devia ter trazido o consentimento desses quatro eleitores para a Mesa, pelo que propôs que essa designação fosse feita em quatro pessoas presentes na Assembleia, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, primeiro porque são quatro e segundo porque são eles que tomam melhor conhecimento destas situações e que verificam uma série de queixas que se podem enquadrar na Comissão de Protecção de Menores. Foram estas as razões que levaram a Bancada Municipal do PSD a apresentar esta proposta. Ao pedido do Senhor Deputado Albino Leitão para concretizar melhor a sua proposta, disse que a lei determina que devemos “eleger quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal, de entre os cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em risco”. A escolha recai sobre os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, em primeiro lugar porque estão presentes e podem dar o seu consentimento para a designação, em segundo lugar porque são em número de quatro, e depois porque pelas suas mãos passa já uma série de situações que podem ser encaminhadas para a área de trabalhos que esta Comissão vai ter.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que secundava os fundamentos apresentados mas não a proposta. Sugeriu que se deixasse este assunto para o próximo mandato da Assembleia Municipal pois os membros do Partido Socialista entendem que esta designação ‘mexe’ com pessoas, com sensibilidades, e não vinham hoje preparados para tomar uma decisão sobre esta matéria. Com os mesmos fundamentos do Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, propôs que este assunto fosse consensualmente retirado da ordem de trabalhos e que fosse deixado para o próximo mandato municipal.-----

-----O Senhor Deputado Luís Pedro Soares disse que concorda com os fundamentos da proposta do Senhor Deputado Manuel Carvalhinho mas propôs que a designação dos Presidentes presentes pudesse ser delegada em representação nas Juntas de Freguesia. No seu caso pessoal e por causa da mobilidade permanente por razões profissionais, será certamente difícil estar presente em todas as reuniões. Considerou que a Comissão deve arrancar o mais rapidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

possível e que não devemos deixar passar mais tempo para a sua constituição. Pelo seu lado, comprometeu-se a pedir a demissão na primeira reunião a seguir às eleições autárquicas para ser eleito um novo membro. Voltou a referir que considera fundamental criar-se já esta Comissão. ----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que é muito importante esta designação, que foram impostos prazos para a constituição desta Comissão e receia que sem a integração dos membros da Assembleia Municipal aquela possa ficar um pouco 'vazia', comprometendo a criação e o próprio funcionamento da referida Comissão. -----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos disse que abdicava da sua designação podendo, quando muito, comprometer-se a designar um membro da Assembleia Municipal ou do Executivo da Junta de Freguesia. -----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar [TEM UMA INTERVENÇÃO ININTELIGÍVEL POR HÁ UM RUIÍDO QUE SE SOBREPÕE ÀS SUAS PALAVRAS] SE FOSSE POSSÍVEL RECONSTITUI-LA, AGRADECIA, POIS NÃO TOMEI QUAISQUER NOTAS. CASO CONTRÁRIO, NÃO FAREI QUALQUER REFERÊNCIA À SUA INTERVENÇÃO POR NÃO ME SER POSSÍVEL.

Segue-se a relação das palavras que oiço na esperança que possa reconstituir a sua intervenção: em nome da democracia, texto, cidadão eleitor, dei conta, intervenção sem conhecer com rigor a, quem nos impõe o quê e porquê, mérito, suspensão de mandato, mantendo a minha primeira posição que é a que me parece, incentivar que outros munícipes, garantidamente, hoje tive uma conversa intervalo, Manteigas, até ao secundário são quinhentas pessoas, se há quinhentas pessoas neste mundo, também há muitos agentes de educação, cidadãos que se podem chamar à partida. -

-----O Senhor Presidente agradeceu as palavras do Senhor Deputado, que ajudaram a clarificar esta situação, e não teve dúvidas em retirar este ponto da ordem de trabalhos deixando esta designação para o próximo mandato. -----

----- PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E NOVE [ANEXO 17] -----

-----O Senhor Presidente disse que os elementos que chegaram aos Senhores Deputados eram esclarecedores e aceitou inscrições dos presentes a quem passou de imediato a palavra. ----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso solicitou um esclarecimento sobre a nota assinada pelo Senhor Presidente da Câmara em que diz "Ao Senhor Vice-Presidente para apresentar em sessão. Dar-se-á nota dos apoios sociais integrados nos pagamentos de água, saneamento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

resíduos em valores aproximados entre quinhentos e seiscentos mil euros”, dizendo que no mesmo documento se refere “compensação da água da Fonte Paulo Luís Martins”. Virando a página, “vemos que as previsões anuais são acrescidas de seiscentos mil e na despesa, as previsões iniciais de duzentos e seis mil são acrescidas de seiscentos mil euros”. Disse que os valores estão com certeza bem contabilizados mas, vendo a nota de quinhentos ou seiscentos mil e a referência à compensação da água da Fonte Paulo Luís Martins, ficou sem saber exactamente o que se está a passar e pediu uma explicação para entender o que lhe foi apresentado. -----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que o valor de quinhentos ou seiscentos mil euros do despacho do Senhor Presidente da Câmara refere-se à componente que a Câmara suporta na prestação dos serviços de águas, saneamento e resíduos e os seiscentos mil euros na receita e na despesa da modificação ao orçamento só coincidem com esse valor por mera casualidade. Estes últimos seiscentos mil são o valor que a Câmara acha que a Águas do Zêzere e Côa deve pagar ao Município de Manteigas pela água que foi utilizada através da conduta nova da Fonte Paulo Luís Martins desde o início do contrato de concessão. O licenciamento da água da Fonte Paulo Luís Martins foi atribuído à Câmara Municipal de Manteigas e houve a concessão de cinquenta por cento da água para a fábrica Da Nascente e os outros cinquenta por cento têm sido utilizados para abastecimento público. A partir do momento em que houve o contrato de concessão, houve depósitos e condutas que foram afectos ao contrato com a Águas do Zêzere e Côa, não estando incluída a conduta da água da Fonte Paulo Luís Martins. A Câmara entende que a Águas do Zêzere e Côa é devedora desses cinquenta por cento desde o início do contrato até esta data, já que no contrato só está prevista a conduta velha. A Águas do Zêzere e Côa paga uma renda pelas infra-estruturas que a Câmara disponibilizou — os reservatórios e a conduta velha, que se manteve activa mesmo depois de a nova ter sido instalada. O que a Câmara pretende, finalmente, é compensar este crédito na factura da Águas do Zêzere e Côa desde o mês de Março último. Solicitado pelo Senhor Deputado Albino Cardoso para indicar o clausulado que refere esta situação no contrato, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que foi por omissão no contrato que a Câmara concluiu ser credora destes valores. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão perguntou se na data da contratualização foi salvaguardada a não entrega ‘gratuita’ de água à Águas do Zêzere e Côa, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que não está contemplada. O Senhor Deputado continuou dizendo que se a Câmara não tem emitido uma factura anual à Águas do Zêzere e Côa tem tido, então, um procedimento menos cauteloso em relação aos interesses dos munícipes de Manteigas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vice-Presidente concordou em parte com este raciocínio dizendo que este assunto poderia ter vindo à mente de qualquer um de nós há dez anos atrás mas só foi convenientemente estudado quando houve necessidade de rever o contrato com a Da Nascente, altura em que a Câmara verificou que tinha uma 'oportunidade' de rentabilizar os recursos que não foram contratualizados com a Águas do Zêzere e Côa. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão afirmou que têm dito aqui que o Partido Socialista acha que o Município de Manteigas deve renegociar, dentro das limitações impostas pela lei, o contrato de concessão. Qualquer solução em benefício do Concelho é louvável e benéfica. No entanto admirou-se por só agora se verificar que somos credores dessa verba, não tendo a Câmara nunca emitido uma factura de débito a ser paga pela empresa concessionária. Em segundo lugar, dado que existe um contrato, achou que seria de bom-tom que a Câmara Municipal, após ter prosseguido e concluído uma negociação, trouxesse à Assembleia Municipal uma decisão que já tivesse o acordo da Águas do Zêzere e Côa. Admitiu teoricamente que a empresa possa considerar não vinculativa esta tomada de posição da Câmara — na qual são utilizadas palavras como 'entende a Câmara que', 'acha a Câmara que'. Por outro lado, estranhou não haver uma quantificação da verba apresentada, que é de seiscentos mil euros. Lançou uma dúvida jurídica: as águas estão concessionadas por disposições orais e a Câmara de Manteigas, embora possa abrir um processo de diálogo com a Águas do Zêzere e Côa, forçosamente terá que se condicionar a essa negociação em muitos parâmetros legais. Parece que a concessão da água não é por deliberação da Câmara mas sim por imposição legal, o que não lhe dá direito a arrogar-se, no meio de um processo que já está em curso, em proprietária de uma água que até agora tem cedido gratuitamente à Águas do Zêzere e Côa. O contrato, que não tem na sua posse daí a dificuldade em apreciar este assunto, especifica provavelmente, ou não, cada uma das nascentes que fizeram parte da concessão, se estão contempladas de forma genérica, ou não, todas as águas que até à data da concessão serviam de produto para o abastecimento público. São muitas dúvidas que, a serem confirmadas e não elididas, o levam a pensar que estamos perante uma revisão orçamental meramente teórica sem fundamento fáctico, que apenas pretende criar mecanismos com vista à cabimentação de despesas que a Câmara Municipal precisa de suportar, nomeadamente nesta fase final do seu mandato. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a Câmara apurou estes valores após medição dos caudais, ponderação dos custos da água facturada pela Águas do Zêzere e Côa e dedução de um valor confortável referente à vigilância do controlo de qualidade. Por outro lado, o exercício



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do direito à compensação não carece do reconhecimento da outra parte. Esta é uma iniciativa unilateral e o que pode acontecer a curto prazo, que o Executivo conta como cenário plausível, é que o exercício do direito à compensação só produza efeitos na esfera jurídica da outra parte, mesmo contra a sua vontade, sem prejuízo desta intentar a acção de declaração de nulidade ou anulação da compensação. Recentemente a Câmara recebeu o novo presidente do conselho de administração da Águas do Zêzere e Côa, a quem transmitiu o desejo de fazer reflectir esta compensação nas facturas futuras e a quem fez saber que consideramos esta uma atitude legítima e transparente. Acrescentou que esta verba não visa cobrir qualquer desorçamentação de despesas da Câmara Municipal e que, se esta compensação tiver o desfecho feliz que desejamos e se conseguirmos obter da Da Nascente as compensações que ela deve à Câmara, estaremos em condições de prestar um serviço tarifário mais conveniente aos próprios munícipes, permitindo baixar um pouco as tarifas de água e saneamento.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão lembrou que o artigo oitocentos e quarenta e oito do Código Civil diz que “a compensação torna-se efectiva mediante declaração de uma das partes à outra” e não fez mais comentários.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que, olhando para o mapa de custos e proveitos de dois mil e oito, via um custo total de água de duzentos e setenta e nove mil euros e uma receita de cento e trinta e dois mil euros; sendo o custo suportado, a diferença entre estas partes é de cento e quarenta e sete mil euros. Perguntou a que espaço temporal dizem respeito os seiscentos mil euros reclamados como compensação, tendo o Senhor Vice-Presidente esclarecido que é desde o início do contrato. Perguntou então o que levou a Câmara a concluir que o valor era exactamente seiscentos mil euros, e o Senhor Vice-Presidente repetiu que foram medidos os caudais dos depósitos abastecidos pela Fonte Paulo Luís Martins ao longo destes dez anos e que foi determinado um valor sensivelmente de quarenta cêntimos sobre os metros cúbicos que foram fornecidos.-----

-----O Senhor Deputado Manuel Carvalhinho em relação ao crédito ser exigível ou não para efeitos de compensação, admite que tenha de ser feita a comunicação à outra parte, que pode ser feita de várias maneiras, nomeadamente no momento em que a Câmara se vier a recusar ao pagamento de alguma factura informando que a recusa se deve à presunção de direito à compensação. A partir desse momento a comunicação fica feita e a Águas do Zêzere e Côa aceita ou não a compensação. Tem é que existir a possibilidade de a Câmara poder exigir este crédito em tribunal para exercer o direito a esta compensação. Na sua opinião, basta que a Câmara se arrogue o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

direito à compensação para esta ser considerada um crédito, independentemente de no futuro se discutir se tem ou não direito a ela e terminou dizendo, sobre a oportunidade desta compensação, que 'entre o tarde e o nunca mais vale o tarde'. -----

-----O Senhor Vice-Presidente acrescentou que esta matéria foi muito bem estudada e envolveu vários juristas, tendo as várias opiniões sido coincidentes, pelo que a Câmara tem fortes expectativas de ser bem sucedida nesta matéria. Sobre o facto de não ter sido exigida a compensação mais cedo, o Senhor Vice-Presidente esclareceu que a 'descoberta' desta situação surgiu quando a Da Nascente informou que precisava da água toda da Fonte Paulo Luís Martins para montar uma nova linha de produção e inquiriu a Câmara sobre essa possibilidade, altura em que esta percebeu que sim e que a Águas do Zêzere e Côa teria de encontrar uma outra forma de abastecer Manteigas.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão lembrou que não foram respondidas outras questões, nomeadamente a quantificação dos metros cúbicos em dívida, facto que se deve à falta de medidores do caudal da Fonte Paulo Luís Martins, aliada à hipótese da muita água que é residual e que não entra na rede, indo para o rio novamente. Referiu que ficou também sem resposta a quantificação sob o ponto de vista financeiro, que está reportada aos apoios sociais, inquirindo o que tem a empresa a ver com esse apoio social prestado pela Câmara. -----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que os medidores existentes são da Águas do Zêzere e Côa e que a água da Fonte Paulo Luís Martins entra em depósitos concessionados e é toda medida mensalmente pela empresa, sempre na presença da Câmara, que verifica as medições. Disse que se refere à água que vem em alta e não em baixa, ou seja apenas a que fica nos depósitos concessionados à empresa. Quanto à questão levantada sobre os apoios sociais, o Senhor Vice-Presidente voltou a esclarecer que os seiscentos mil euros se reportam ao fornecimento de água durante dez anos, ou seja sessenta mil euros por ano, e que os quinhentos, seiscentos mil euros de apoio social é o que a Câmara suporta anualmente na prestação dos serviços de água, saneamento e resíduos e uma coisa não tem nada a ver com a outra. Só por coincidência estes valores, que não têm nada a ver um com o outro, são idênticos. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão perguntou ainda se a Câmara, no contrato e sob o ponto de vista da contratualidade, garantia que o caudal da Fonte Paulo Luís Martins estava excluído, tendo o Senhor Vice-Presidente esclarecido que a empresa paga renda dos depósitos e das condutas, estando especificados no contrato os valores pagos por cada depósito e por cada conduta, e afirmou que a conduta nova da Fonte Paulo Luís Martins não está incluída no anexo ao contrato.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente, não havendo mais intervenções, **pôs à votação a primeira revisão orçamental de dois mil e nove, tendo a mesma sido aprovada por maioria e por minuta**, com dez votos a favor e nove abstenções. -----

----- PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE [ANEXO 18] -----

-----O Senhor Presidente aceitou inscrições dos presentes sobre este tema. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que folheou a documentação e tentou perceber tudo e, porque acabámos de aprovar uma primeira revisão ao orçamento, pensa que as alterações previstas para o Quadro de Pessoal poderão influenciar a despesa com custos de Pessoal para o resto do ano. Perguntou se existe alguma estimativa sobre o efeito financeiro que isto tem sobre a conta da Câmara. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a despesa deve baixar, pois houve algumas saídas e reformas de Pessoal. Depois da publicação do novo Código do Trabalho, com falta de regulamentações em muitos aspectos e com a ‘confusão’ burocrática para novas admissões, não é possível fazer uma previsão rigorosa dos custos dado que a Câmara ainda não fez nenhum concurso à luz desta nova legislação e não se sabe exactamente quanto tempo vai demorar a abertura e finalização do concurso, prevendo que dificilmente acontecerá antes de Setembro. Foram atribuídos à Câmara seis lugares no concurso estatal, podendo haver alguma alteração por essa via, embora não possa precisar se a Câmara vai aproveitar todos os lugares. -----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar lembrou o ditado que diz que ‘não basta à mulher de César ser honesta, convém que o pareça’ para perguntar até que ponto a qualidade de vida em Manteigas, amplamente divulgada, não pode passar por uma informação o mais clara e aberta possível nestas matérias, concretamente na admissão de pessoal. Interrogou-se até que ponto, à semelhança da sua intervenção anterior, não seria uma decisão mais adequada deixar este ponto para o próximo mandato já que, bem ou mal, implica actividades orçamentais. “Por outro lado, faz parte de uma boa gestão projectar-se a médio e longo prazo e tudo indicaria, se fosse um gestor de uma empresa qualquer que fosse mudar de conselho de administração dentro de quatro meses, que isto entrasse noutra processo e não neste aqui”. Disse depois que está desactualizado sobre estes novos processos de admissão e contratação de pessoal e referiu que há uma descrição de factos e uma situação em particular, não encontrando nenhuma invocação do Direito — e, no regime jurídico do Pessoal, há coisas que podem ser deferidas ou indeferidas com base em factos com fundamentação jurídica. A sua curiosidade prende-se apenas com a sua desactualização em relação à legislação que suporta esta decisão. Fez depois um reparo sobre as siglas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ultimamente são vastamente utilizadas pelos técnicos e informáticos para facilitar os códigos de uma comunicação eficiente, mas que o cidadão comum não conhece, pedindo para o esclarecerem sobre o significado das siglas LVCR e PEPAL, mencionadas na documentação e que ele próprio não conhece. Referiu também que conhece a sigla DGAL, mas provavelmente os cidadãos não sabem, recomendando que se mencione por extenso na sua primeira utilização para tornar a informação mais acessível. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu que têm vindo a ser relatadas muitas insuficiências e lacunas pelos funcionários da Câmara que estão a frequentar acções de formação sobre o novo Código do Trabalho. Referiu, por exemplo, que os serviços da Câmara deixaram de poder fazer as entrevistas psicológicas que, à luz do novo Código, só podem ser realizadas por uma empresa externa credenciada. Neste momento é necessário consolidar os conhecimentos sobre a aplicação deste Código do Trabalho às contratações e esta é uma das razões porque as novas contratações vão estender-se muito no tempo. -----

-----O Senhor Deputado Horácio Gaspar interveio para, numa atitude de estrita colaboração, esclarecer complementarmente que os processos de recrutamento e selecção de pessoal tiveram desde sempre avaliações curriculares, provas escritas, práticas ou mistas de admissão, podendo haver entrevistas profissionais que os técnicos de selecção podiam fazer. E para algumas carreiras havia exames psicológicos (por exemplo, motoristas), que foram sempre feitos por técnicos exteriores, de acordo com a legislação portuguesa. As razões óbvias que subjazem a este imperativo prendem-se com a inexistência de psicólogos a tempo inteiro nos serviços de recrutamento e selecção, o que ficaria muito caro para uma utilização pontual de tais técnicos. -----

-----O Senhor Vice-Presidente informou que a entrevista psicológica tinha carácter excepcional mas passará a ser generalizada. -----

-----O Senhor Presidente não discordou do Senhor Deputado sobre a possibilidade de se deixar este ponto da ordem de trabalhos para o próximo mandato mas é do seu conhecimento que há urgência no preenchimento de uma ou duas vagas. -----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que, quando se falou — e muito bem — em alguns jardins que estão menos cuidados, essa situação tem a ver com os recursos humanos, já que só há três jardineiros, dos quais um está quase sempre no cemitério, que também não está nas melhores condições. Fez aqui um aparte para esclarecer que os jardins são todos tratados por funcionários da Câmara. A Câmara tentou através dos POCs colmatar esta situação mas não há homens disponíveis para estes trabalhos no Centro de Emprego e frisou que esta situação é muito urgente, especialmente em relação ao coveiro. -----

-----O Senhor Presidente, não havendo mais interventores e tendo em mente que é obrigatória a apresentação de novo Quadro de Pessoal no próximo orçamento, colocou **à votação o Mapa**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de Pessoal para o ano de dois mil e nove, tendo o mesmo sido aprovado por maioria e por minuta, com dez votos a favor e nove abstenções.-----

----- PONTO 3.5 DA ORDEM DE TRABALHOS -----

-----INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL [ANexo 19] -----

-----O Senhor Presidente aceitou inscrições dos presentes para intervirem. -----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso pediu informações sobre as candidaturas que foram feitas ao INTERREG I, às parcerias para a regeneração urbana e aos caminhos rurais de São Sebastião, Carvalhais e Contenda. Gostaria também de saber quais são os projectos esgotados e os projectos em curso, uma vez que estão todos juntos, e, na parte jurídica, o que está a acontecer em relação à Comissão de Baldios de São Pedro com o terreno onde está hoje o campo municipal de futebol. Pediu também informações sobre o ponto de situação actual de todas as questões judiciais que estão pendentes. -----

-----O Senhor Presidente acrescentou três ou quatro informações: relativamente à requalificação da estrada de ligação da EN232 à EN238, informou que a sua conclusão está prevista para dezassete de Julho próximo; o prazo de conclusão para o campo relvado sintético do Estádio Engenheiro Barjona de Freitas aponta para dia quinze de Agosto de dois mil e nove (referiu aqui que foi intentada uma acção judicial pela Comissão de Baldios de São Pedro, pondo em causa a titularidade da propriedade); quanto à rua de ligação da Enxertada à Senhora dos Verdes, disse saber que há um problema de expropriação. -----

-----O Senhor Deputado José Quaresma Domingos perguntou quem está a acompanhar e quem está a executar a faixa de gestão de combustíveis num troço de linha eléctrica de alta tensão, mencionada na página três da Informação do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor Deputado Armandino Suzano disse que na acta número nove de dois mil e nove da reunião de Câmara, no ponto três referem-se 'prémios de participação relativamente ao Corso de Carnaval de dois mil e nove', não achando correcto que a aprovação dos prémios seja tão posterior à realização dessa iniciativa, quando em outras situações os prémios são atribuídos de imediato. Deixou este reparo como uma recomendação para o futuro, pois sabe de premiados que já partiram de férias e ainda não receberam o prémio. -----

-----O Senhor Vice-Presidente esclareceu, em relação às candidaturas, que o processo de selecção deixa muitas margens para comentários. Sobre As parcerias para a Regeneração Urbana disse que uma primeira candidatura foi indeferida e concorreram à segunda fase, incluindo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Casa do Povo em detrimento da Fábrica do Rio, de forma a concentrar a acção no Centro Histórico. À semelhança do que aconteceu com várias Câmaras, por problemas informáticos não foi possível submeter a candidatura dentro do prazo previsto, pelo que é crível que seja excluída do concurso. Quanto aos caminhos agrícolas, foram apresentadas seis candidaturas que foram aprovadas; mais tarde os técnicos do Ministério da Agricultura 'desafiaram' a Câmara a submeter mais candidaturas por haver ainda verbas disponíveis, informando posteriormente que já não havia disponibilidade de verbas para aprovar as três candidaturas mencionadas na página um da Informação do Senhor Presidente. Aproveitou para informar que a comunicação de intenção de indeferimento do Centro de Alto Rendimento de Altitude se deve à não existência de um protocolo prévio entre a Câmara Municipal e o Instituto do Desporto, que foi contactado nesse sentido e que alegou sempre não ter luz verde do Senhor Secretário de Estado da tutela, tendo este por entreposta pessoa informado que as Penhas Douradas não têm altitude suficiente para instalação de um Centro de Alto Rendimento; a altitude mínima, de acordo com pareceres universitários obtidos pelo Instituto do Desporto, seria acima dos mil e oitocentos metros. O parecer que a Câmara obteve da Universidade da Beira Interior era diverso, mas não foi suficiente. A Câmara contestou e solicitou entretanto que a candidatura fosse aceite como centro de alto rendimento transversal a uma variedade enorme de modalidades, aguardando neste momento resposta, sem grandes expectativas no entanto. O Senhor Vice-Presidente comprometeu-se a fazer na segunda-feira o ponto de situação sobre o INTERREG IV, já que não dispõe neste momento de dados que possa fornecer. Disse depois que está a decorrer neste momento um período de candidaturas para a Comunidade Urbana das Beiras estando a Câmara a apresentar cinco candidaturas até ao dia trinta deste mês, que incidem essencialmente na instalação de empresas na fábrica do rio, no centro de demonstração de energias renováveis, no centro lúdico-termal e na qualificação ambiental da ETAR. Fez depois o ponto da situação sobre os projectos executados e em curso: a Agenda XXI Local, que abriu agora nova candidatura (lembrou aos senhores deputados que desde que abriu esta candidatura a Câmara de Manteigas tem ficado sempre em primeiro lugar, tendo portanto responsabilidades acrescidas e sendo cada vez mais difícil manter esta posição porque os outros concelhos também vão progredindo nestes aspectos); da Casa do Povo foi elaborado o estudo prévio, não havendo financiamento para mais progressos; o Centro de Alto Rendimento das Penhas Douradas, ficou pelo estudo prévio incompleto; o Centro Nacional de Demonstração de Energias Renováveis envolve diversos projectos, uns já terminados, como a Mini-Hídrica, outros a serem desenvolvidos; a Cobertura da Tipografia está em *stand-by*; a construção de habi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tações na Quelha das Ferreiras está dependente da expropriação de uma das habitações; o Museu Nacional das Estradas é um projecto caríssimo, que está mais ou menos parado; os Percursos Pedestres estão a avançar regularmente e a Câmara vai cumprir o programa da candidatura; o Plano de Pormenor das Penhas Douradas está dependente do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização, que têm problemas, estando apenas sanado o problema fundamental do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, o qual foi publicado ontem; o Projecto 'Da Nascente até à Foz' faz parte de uma candidatura das 'Aldeias do Xisto' que vai evoluir para um itinerário no concelho, abrangido por uma candidatura do Parque Natural da Serra da Estrela a uma rede de percursos. Em relação aos prémios de participação no Corso de Carnaval reconheceu que houve um atraso significativo na elaboração da acta subscrita pelo júri que foi submetida à Câmara para aprovação dos prémios. Embora o montante não fosse significativo, houve problemas com a remessa das verbas do Terceiro Quadro Comunitário que não permitiram à Câmara receber o reembolso de obras pagas em dois mil e oito; posteriormente a Câmara foi obrigada a pagar integralmente os caminhos agrícolas, num montante bastante avultado, e estas duas ocorrências em conjunto deixaram a Câmara com dificuldades financeiras de tesouraria nos meses de Abril e Maio, que já estão sanadas, tendo sido já dada ordem de pagamento para as situações em atraso. Quanto à faixa de gestão de combustíveis num troço da linha eléctrica de alta tensão, esclareceu que é a EDP, ou alguém contratado por esta, que está a executá-la e quem faz o acompanhamento é a Câmara Municipal, através do Gabinete Técnico Florestal.-----

-----O Senhor Deputado José Domingos Quaresma disse que não foi consultado sobre esta questão, enquanto representante desta Assembleia Municipal no Plano Municipal de Defesa de Florestas, e que existem meios em Manteigas para fazer este tipo de trabalhos pelo que não entende porque é que a EDP foi contratar outras entidades. -----

-----O Senhor Vice-Presidente disse que a Câmara vai chamar à atenção a EDP. -----

-----O Senhor Presidente recomendou à Câmara para a morosidade na entrega dos prémios do Corso de Carnaval, que constitui uma actividade importante da Vila de Manteigas e que não deve ser desmoralizada com estas questões, que não são de somenos importância, tendo o Senhor Vice-Presidente reafirmado que o real atraso se deveu à recepção da acta do júri e deliberação da Câmara. -----

-----Continuou o Senhor Vice-Presidente, sobre os processos judiciais pendentes, dizendo que a Câmara não pode ultrapassar uma providência cautelar sem efeitos suspensivos e, sobre os dois últimos processos, lembrou que estes têm a ver com as novas taxas de resíduos e com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses às Câmaras Municipais de intentarem acções contra a Agência Portuguesa do Ambiente, um, e contra o Instituto Regulador de Águas e Resíduos, o outro, por considerar estas taxas ilegais. -----

-----PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----APRECIACÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

-----O Senhor Deputado Nuno Matos Soares informou que o Conselho de Ministros ontem apreciou favoravelmente, no seu ponto dois da ordem de trabalhos, uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. Deixou aqui esta nota para lembrar que será publicada proximamente em Diário da República e devemos estar todos atentos a esta realidade que poderá ser altamente condicionadora do desenvolvimento do concelho nos próximos anos. -----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão disse que na acta da reunião de Câmara realizada a treze de Maio de dois mil e nove consta a informação, transcrição e aprovação de um protocolo de colaboração entre o Município de Manteigas e a Agência de Promoção de Manteigas. Referindo que aprova os seus objectivos e acções programadas, realçou a preocupação quanto à forma como o protocolo foi outorgado, lembrando que o Município de Manteigas é representado pelo Senhor Vereador José Quaresma Pinheiro e a Agência de Promoção de Manteigas é representada pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Vice-Presidente. Porque esta situação lhe suscitou dúvidas, requereu à Mesa que solicitasse um parecer jurídico à CCCR, anexando ao pedido cópia das folhas cento e vinte nove a cento a trinta e três do Livro de Actas da Câmara Municipal.-----

-----O Senhor Presidente informou que o pedido foi registado e será dado o devido encaminhamento. -----

-----O Senhor Deputado Umberto Leitão disse que, em virtude de ter sido impedido de falar, pelo Senhor Presidente da Assembleia na devida altura, aproveitou esta oportunidade para cofirmar e testemunhar – que no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Albino Cardoso, sobre o boato que o Senhor Presidente da Câmara divulgou sobre o encerramento das designadas “Urgências” no Centro de Saúde – que em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, o Senhor Presidente da Câmara, anunciou o encerramento da já citadas “Urgências”, visto que eu estava presente na qualidade de irmão da Santa Casa da Misericórdia.-----

-----O Senhor Deputado Albino Cardoso prestou os seguintes esclarecimentos, que lhe pareceram pertinentes ao bom funcionamento da Assembleia Municipal. Na acta da última assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que supostamente vai ser aprovada na próxima Assembleia, deu-se conta do pedido de documentação sobre a Águas do Zêzere e Côa, que envolve a participação do Município de Manteigas naquela empresa. Pelo Senhor Presidente da Câmara foi respondido que não tinha de responder pois “a empresa é uma sociedade anónima e por isso tem o relatório de contas de gerência publicado na imprensa”. Lamentando a ausência do Senhor Presidente da Câmara nesta sessão, disse que se atentarmos nas competências do presidente da câmara, no artigo sessenta e quatro da lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, [SENHOR DEPUTADO, EMBORA TENHA REFERIDO O ARTº 64º COMO COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACREDITO QUE TENHA QUERIDO DIZER ARTº 68, POIS O 64 SÃO AS COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL] e no artigo cinquenta e três, número um, alínea d), “acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado”, verificamos que, e porque há prazos para dar resposta a isto, há uma obstrução à própria lei, dentro das competências que nos são assistidas. Verificamos ainda no mesmo artigo, no número seis, que “a proposta apresentada pela câmara referente às alíneas b), c), i) e n) do número dois não pode ser alterada pela assembleia municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada, mas a câmara deve acolher sugestões feitas pela assembleia, quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas enfermarem de previsões de factos que possam ser considerados ilegais”. Disse que se referia concretamente às propostas aprovadas na Assembleia de Julho de dois mil e oito. Disse depois que há aqui um comportamento contrário ao espírito e à redacção da lei. A seguir, no sentido do que todos nos obrigámos no início deste mandato de comunicar a esta Assembleia as participações em representação da mesma, informou que participaram há quinze dias, em Belmonte, na assembleia da Comurbeiras, onde tomaram posse e aprovaram o relatório de contas e orçamento para dois mil e nove. Para essa assembleia foram apresentados os documentos necessários, nomeadamente as candidaturas a apresentar como Plano de Aviso de Concursos pelos diversos concelhos, em que Manteigas, em cinco candidaturas de obras, apresentou um milhão e seiscentos e cinquenta e quatro mil novecentos e setenta euros, correspondendo a zero vírgula quatro vinte cinco por cento do total da proposta da Comurbeiras. Em contraponto aprovou-se também a dotação de cada município para a mesma Comunidade, para suster despesas de administração/organização, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que Manteigas, segundo o plano apresentado pelo Técnico da Assistência Técnica, numa capitação de três mil setecentos e sessenta e oito habitantes, teria uma participação de mil quinhentos e sessenta euros e oitenta e cinco cêntimos. A proposta inicial do técnico apontava para sete mil euros por município e a proposta aprovada pela Comurbeiras foi de oito mil euros para cada município de vinte mil habitantes e quinze mil euros para os municípios com mais de vinte mil habitantes. Fazendo as contas Manteigas, com um valor mínimo de mil quinhentos e sessenta euros e sendo o concelho mais pequeno da Comunidade Urbana das Beiras, é onerada em cinco vírgula três vezes mais relativamente à sua capitação, pois vai pagar oito mil euros. Em caso extremo, e se compararmos com o Município da Covilhã ou da Guarda, são diminuídos relativamente à sua capitação para zero vírgula sessenta e oito por cento, no caso da Covilhã, e a Guarda, com um valor mais aproximado do real, vai pagar quinze mil em vez de dezoito mil trezentos e oitenta e cinco euros. A nossa relação sobre a capitação inicialmente apresentada, de mil quinhentos e sessenta euros sobre o total da Comurbeiras de oitenta e quatro mil cento e um euros, daria uma percentagem de um vírgula oitenta e cinco, quando, ao serem aprovados os oito mil euros para Manteigas, passámos a ter uma relação de nove e meio por cento. O Senhor Deputado considerou esta disparidade abismal. Voltou ao princípio do discurso para dizer que “verificamos que o valor dos investimentos a fazer em Manteigas são zero vírgula quatro, menos de meio por cento”. Os eleitos pelo Partido Socialista deram conta desta situação e para seu espanto foram os outros concelhos, concretamente um, que falaram nessa disparidade. Os membros do Partido Socialista denunciaram a situação e deram um voto de abstenção relativamente ao Plano, não pelo Plano em si mas por este motivo. Lamentou que não tenha sido aplicado o método da proporcionalidade.-----

-----O Senhor Deputado Albino Leitão considerou preocupante o que acabou de ouvir, realizando que o Município de Manteigas está a ser prejudicado. A dotação que foi aprovada para Manteigas não só é superior ao que foi proposto pelo técnico da Assistência Técnica, como também ao critério por capitação. Perguntou então como votaram os representantes da Assembleia Municipal de Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que a votação foi secreta, que ele próprio votou contra e que antes da assembleia teve oportunidade de comunicar ao Presidente da Mesa o seu sentido de voto e desagrado relativamente a esse ponto e à situação de a Assembleia-Geral não se ter realizado em Manteigas, conforme tinha sido prometido pelo Presidente da mesma. Disse também que não interveio na Assembleia já que na sequência da intervenção do representante da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de Figueira de Castelo Rodrigo o Doutor Carlos Pinto explicou que os valores apresentados tinham sido concertados numa reunião prévia, e o Senhor Presidente acabou por considerar aceitáveis as razões por ele apresentadas. Disse ainda que na sua opinião aquelas assembleias são um pouco absurdas, já que as situações ali apresentadas parecem todas 'preparadas' em reuniões anteriores, aparecendo já como dados adquiridos e que qualquer reclamação não tem outro efeito senão o de ficar registada na acta. -----

----- À afirmação do Senhor Presidente de que acabou por não intervir, assim como os membros eleitos do Partido Socialista, o Senhor Deputado Albino Cardoso informou que a sua intervenção foi a última de todas, tendo o Senhor Presidente pedido desculpa por não se ter apercebido do facto, já que nas primeiras filas e o Senhor Deputado nas de trás. -----

----- O Senhor Deputado Albino Leitão questionou o Senhor Presidente por ter votado contra, sem no entanto ter reclamado, tendo este respondido que não tem o hábito reclamar por reclamar e aquela era uma situação em que não havia nada a fazer, em que se deu conta que os factos já estavam consumados. -----

----- O Senhor Vice-Presidente esclareceu que a distribuição deste 'bolo' pelas várias Câmaras proporcionou uma 'guerra terrível' entre as câmaras grandes e as pequenas. As Câmaras do Fundão, Covilhã e Guarda pretendiam uma distribuição *per capita*, o que daria uma verba inferior ao Concelho de Manteigas do que a que veio a receber, em cerca de quinhentos mil euros. Houve ameaças de eventuais saídas de alguns municípios pequenos, o que resultou em alguns acertos que beneficiaram um pouco Manteigas em relação a outros municípios com menos de cinco mil habitantes, já que foi estabelecido um patamar mínimo para os municípios pequenos. Não esteve presente em nenhuma reunião, mas o Senhor Presidente da Câmara transmitiu-lhe que sempre teve a preocupação de apelar para a solidariedade regional, para a necessidade de coesão local e que, embora os municípios pequenos sejam em maior número, a divisão entre eles fez com que não ganhassem as votações. É manifesto, no entanto, que a situação é injusta. -----

----- Concluído este tema e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu a sessão por encerrada às zero horas e vinte minutos do dia vinte e sete de Junho de dois mil e nove. Desta sessão foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----*João Adelino Paixão Salvado*-----

-----O 1º Secretário -----

-----O 2º Secretário-----

-----*Patrícia Negrão Madeira*-----

-----*Ermelinda Salvado*-----